

# Arquivos como construções sociais

## Reflexões e diálogos com as comunidades

Archives as social constructions: critical reflections and dialogue with communities / Archivos como construcciones sociales: reflexiones críticas y diálogo con comunidades

---

### Jefferson Higino da Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Brasil.  
jefferson.higino@ufca.edu.br

### Luciane Paula Vital

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.  
luciane.vital@ufsc.br

---

### RESUMO

Este artigo reflete sobre os arquivos como construções sociais ao longo de seu percurso histórico, antes e depois do surgimento da arquivologia como campo do saber. Explora como transformações sociais e diferentes perspectivas teóricas moldam a compreensão dos arquivos, destacando seu diálogo contemporâneo com as comunidades. Reconhece arquivos como produtos humanos dinâmicos, enfatizando influências sociais e subjetivas em sua formação e seu desenvolvimento.

*Palavras-chave:* arquivologia; arquivos comunitários; correntes sociológicas.

### ABSTRACT

This article reflects on archives as social constructions throughout their historical trajectory, before and after the emergence of archival science as a field of knowledge. It explores how social transformations and different theoretical perspectives shape the understanding of archives, highlighting their contemporary dialogue with communities. It recognizes archives as dynamic human products, emphasizing social and subjective influences on their formation and development.

*Keywords:* archival science; community archives; sociological currents.

### RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre los archivos como construcciones sociales a lo largo de su trayectoria histórica, antes y después del surgimiento de la archivística como campo del conocimiento. Explora cómo las transformaciones sociales y diferentes perspectivas teóricas moldean la comprensión de los archivos, destacando su diálogo contemporáneo con las comunidades. Reconoce los archivos como productos humanos dinámicos, enfatizando las influencias sociales y subjetivas en su formación y desarrollo.

*Palabras clave:* ciencia archivística; archivos comunitarios; corrientes sociológicas.

## Introdução

Na arquivologia brasileira, persiste a noção de arquivos como entidades fixas e imutáveis, herança de uma tradição que remonta às origens da disciplina. Desde o seu surgimento, os arquivos estiveram a serviço do aparato estatal, inserindo-se no contexto do Estado moderno europeu e vinculando-se à construção da memória nacional. Desse modo, assumiram o papel de validadores autorreferenciais do Estado (Jardim, 2012), o que resultou na centralização dos conceitos e das práticas arquivísticas em atos e transações formais.

Essa visão, em outros cenários, vem sendo gradualmente superada, dando espaço a uma compreensão dinâmica e relacional dos arquivos. Autores como McKemmish (2019) destacam a ideia de que os arquivos devem ser compreendidos como parte de um contínuo, e não como entidades isoladas. Para Schwartz e Cook (2002), os arquivos são construções sociais que refletem relações de poder, transcendendo a ideia de espaços neutros. Nesmith (2018) ressalta que atuam como atores sociais, moldando e sendo moldados por contextos culturais e sociais.

Essas transformações exigem uma revisão crítica tanto da função dos arquivos quanto da atuação dos arquivistas, tradicionalmente concebidos como agentes imparciais (Jenkinson, 1922), cujo encargo era distanciar-se de ideias preconcebidas no tratamento dos documentos (Schellenberg, 1956). Hoje, essa postura é questionada, abrindo espaço para um enfoque mais engajado, em que os arquivistas passam a reconhecer os arquivos como instrumentos de responsabilidade, verdade e memória, refletindo as tensões sociais próprias de cada contexto histórico e geográfico (Delgado Gómez; Cruz Mundet, 2010).

Os arquivos, enquanto produtos das ações humanas, não representam uma realidade objetiva. Eles são construídos e interpretados com base em fatores sociais, como crenças, normas, valores e interesses específicos. Os “documentos e arquivos não são substitutos do mundo real e sim representações estabelecidas do que pessoas, comunidades e a sociedade acham importante lembrar e fazer lembrar” (Thomassen, 2006, p. 15). Essa ideia reforça a figuração dos arquivos como construções reflexos de seus produtores e intérpretes.

Este artigo examina os arquivos como construções sociais, desafiando a visão positivista que os concebe como entidades neutras e isentas de interferências. Ao empregar o termo “social”, propõe-se uma reflexão sobre como a arquivologia, ao longo de sua trajetória, tem lidado com as influências externas na produção, organização e interpretação dos documentos. A análise histórica dos arquivos, desde períodos anteriores à consolidação da arquivologia como disciplina científica até os dias atuais, revela o impacto das transformações sociais na configuração dessas práticas.

A partir dessa visão, a discussão aqui proposta dialoga com uma nova estrutura de pensamento para os arquivos (Cook, 2013), a qual amplia as concepções consagradas ao incorporar experiências provenientes dos arquivos comunitários. Para situar essa mudança, a pesquisa busca estabelecer conexões entre as principais correntes sociológicas e as diferentes formas de conceber os arquivos na sociedade. Metodologicamente, trata-se de uma investigação qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, que fundamenta uma análise crítica das concepções arquivísticas.

### Anterior à formalização da ciência arquivística

Antes da institucionalização da arquivologia, práticas documentais já permeavam a sociedade, influenciando o subsequente desenvolvimento do campo. Esse período precursor, anterior à Revolução Francesa (1789), como analisou Schmidt (2012), não dispunha de um arcabouço teórico consolidado — os procedimentos eram executados desprovidos de um conjunto sistemático de teorias ou princípios.

Na Antiguidade, cujo marco temporal se estende até o século V, com a queda do Império Romano, civilizações como a mesopotâmica, egípcia, grega e romana estruturaram arquivos destinados à salvaguarda de documentos. Rousseau e Couture (1998) indicam que tais registros, à época, eram armazenados em espaços sagrados e de grande relevância, como templos e palácios, nos quais se empregavam sistemas de organização e suportes variados, incluindo tábuas de argila, de papiros e de pergaminhos.

Os arquivos formados pelos membros dessas sociedades apresentam o valor atribuído à preservação e ao ordenamento de registros, concebidos como elementos integrantes da cultura e da estrutura social da época. Silva et al. (1999) destacam, nas civilizações do vale do Nilo e da Mesopotâmia, a existência de arquivos localizados em ambientes específicos, contendo variedade documental, incluindo registros contábeis e legais — prática que, segundo esses autores, igualmente refletia o compromisso com a lei e a justiça.

Observava-se, portanto, a constituição de arquivos tanto institucionais quanto pessoais. Esses fenômenos tornam-se visíveis no Egito Antigo, no qual, por exemplo, os indivíduos “não apenas utilizavam os registros como uma ferramenta de gestão, mas também contribuíam para tornar a consciência dos registros integral e importante na vida do povo” (Posner, 2003 p. 71, tradução nossa). Além disso, havia distinções entre o que hoje corresponde a “arquivos” e “bibliotecas”, como no caso do Palácio de Ebla, cujos documentos possuíam uma estrutura orgânica, com separação de registros administrativos e de registros literários (Silva et al., 1999).

Nos arquivos greco-romanos, os espaços destinados à custódia dos registros recebiam denominações específicas, dentre as quais se destacam o *Archeion* em Atenas e o *Archivum* em Roma (Reis, 2006). Essas designações, entre outras, exerceram influência sobre a compreensão etimológica do termo “arquivo” conforme se entende hoje. O idioma grego “contribuiu para a formação de termos amplamente aceitos internacionalmente para se referir a documentos oficiais” (Posner, 2003, p. 91, tradução nossa). Ademais, essas influências promoveram o estabelecimento de uma rede de arquivos e a ideia de acesso público aos registros.

No período medieval, os arquivos enfrentaram desafios, conforme destacam Schmidt e Mattos (2020). Durante essa época, verificou-se uma dependência crescente da oralidade. A Igreja assumiu a responsabilidade pela preservação documental, em um contexto no qual não se observava distinção clara entre registros administrativos e literários. A “custódia exercida pelos poderes eclesiásticos trouxe novas realidades para os arquivos, pois passaram a ser armazenados indistintamente em bibliotecas” (Schmidt; Mattos, 2020, p. 29).

Entre os séculos XIV e XV, observou-se o ressurgimento da valorização do documento escrito, caracterizando uma espécie de “retomada” do direito romano. Silva (2017) confirma a influência na prática dos profissionais do direito do período medieval. Segundo a autora, os pressupostos legais romanos reforçam a ideia segundo a qual os documentos — o arquivo — asseguram a autenticidade e a confiabilidade dos registros, entendidos enquanto testemunhos das ações.

Da Idade Média para a Idade Moderna ocorreu um aumento na quantidade de documentos e uma ampliação da complexidade na estrutura e no funcionamento do Estado. Com o Renascimento, iniciam-se os “primeiros conhecimentos teóricos da arquivologia”, quando “ressurgiu o interesse pela produção humana, pelo estudo de sua história e sua evolução política e econômica [...]” (Araújo, 2013a, p. 52).

Durante o período do Absolutismo Monárquico, os arquivos assumiram papel estratégico na administração estatal, assegurando tanto a legitimidade das autoridades quanto o controle sistemático das funções governamentais (Schmidt, 2012). Em tal contexto, a publicação do *De Re Diplomatica*, de Jean Mabillon, em 1681, destacou-se como um marco, ao estabelecer critérios para a crítica textual e, assim, contribuir para os primeiros fundamentos da arquivologia (Duranti, 2015).

O Iluminismo, por outro lado, desafiou uma série de princípios e de práticas inerentes ao Absolutismo Monárquico, contribuindo para a decadência desse sistema político com ideias democráticas e progressistas. Essas transformações impactaram a percepção dos documentos, que passaram a ser valorizados como fontes para a compreensão do passado, na organização do conhecimento e na preservação da história (Porto, 2013).

Em suma, a trajetória dos arquivos apresenta revezes, retomadas e a substituição de práticas, o que revela seu caráter circunstancial. Embora, nesse período, ainda não se reconhecesse a arquivologia como uma “disciplina formal”, certos traços dessas práticas lançaram as bases para o entendimento futuro do que se viria a conceber como arquivos.

### Como testemunho para a história

Em 1789, a França testemunhou a eclosão de um movimento revolucionário cujos impactos influenciaram também os arquivos, reforçando sua proeminência no processo de compreensão histórica. A Revolução gerou transformações na organização e no acesso aos arquivos, envolvendo a criação de um sistema centralizado para documentos estatais, o reconhecimento da responsabilidade governamental em sua preservação, a abertura dos arquivos e a garantia de direitos por meio deles, bem como sua disponibilidade ao público (Posner, 2013).

Embora o primeiro Arquivo Nacional, estabelecido em Paris em 1790, representasse um avanço, muitos países desenvolveram sistemas de arquivos que refletiam a estrutura administrativa do Estado (Posner, 2013). Nos sistemas, os arquivos recebiam documentos das repartições provinciais. Rousseau e Couture (1998, p. 31) observam as mudanças ocorridas pela Revolução:

Assim começa um modo de administração diferente, no qual o documento já não desempenha apenas um papel jurídico, mas constitui um instrumento do poder cujo acesso é sinal do poder do povo. Esta revolução irá ter um impacto determinante nos arquivos com a criação de uma instituição nacional cujo papel é o de assegurar a guarda dos arquivos. O século XIX, com o desenvolvimento do nacionalismo, atribui ao documento um valor de testemunho, já não num sentido jurídico, mas para construir a história.

As transformações mencionadas resultaram em maior volume documental nos arquivos franceses, nos quais emergiram desafios organizacionais. Tais circunstâncias implicaram a fusão de registros oriundos de diversas entidades, além da formulação de diretrizes governamentais específicas, pelas quais se organizariam esses acervos (Schmidt, 2012). Nesse cenário, instituiu-se, em 1841, o “princípio de respeito aos fundos”, princípio arquivístico segundo o qual os documentos produzidos por uma mesma instituição permanecem agrupados em conjuntos coerentes (Duchein, 1986).

Schmidt (2012) identifica o surgimento de outros princípios na Prússia, entre os quais figuram a “proveniência” e a “ordem original”. Observa-se que, à

medida que o princípio da proveniência se desenvolvia, se formava uma visão arquivística frente aos arquivos. Os princípios fundamentais passaram a enfatizar uma organização articulada, capaz de fornecer subsídios para a construção e a compreensão da história. Isso pode ser percebido em textos iniciais de teóricos dedicados à reflexão sobre os arquivos.

Esses autores considerados “clássicos” inauguram uma nova ordem ao documento: a da primazia do contexto frente ao conteúdo e a equivalência entre fatos e atividades, estabelecendo aí a essência do documento de arquivo, isto é, seu valor probatório. As análises e teorias foram elaboradas a partir do que consideravam arquivo, ou seja, arquivos considerados históricos e de natureza pública. (Schmidt; Mattos, 2020, p. 38)

Assim, esses elementos encontram-se em manuais que surgiram progressivamente, por meio dos quais a identidade da arquivologia como disciplina foi se consolidando. Entre eles destacam-se o *Manual de organização e descrição de arquivo* (1898), elaborado por Mueller, Feith e Fruin, na Holanda; o *Manual de administração de arquivos* (1922), produzido por Jenkinson, na Inglaterra; o *Manual de arquivística* (1928), de autoria de Eugênio Casanova, na Itália; e o *Manual Archivkunde* (1953), concebido por Brenneke e publicado postumamente, com base nos seus cursos e anotações, por seus alunos. Da Europa, pois, uma identidade distintiva para a arquivologia começou a se manifestar, como ilustrado no Quadro 1.

### Quadro 1 – Significados de arquivo nos manuais clássicos

Manuais	Significado de arquivo
<i>Manual de arranjo e descrição de arquivo</i> , 1898.	[...] conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1960, p. 9)
<i>Manual de administração de arquivos</i> , 1922.	Um documento que pode ser considerado como pertencente à classe de arquivos é aquele que foi redigido ou usado no curso de uma transação administrativa ou executiva (seja pública ou privada) do qual ele próprio fazia parte; e posteriormente preservado sob sua própria custódia para sua própria informação pela pessoa ou pessoas responsáveis por essa transação e seus sucessores legítimos (Jenkinson, 1922, p. 13)
<i>Manual de arquivística</i> , 1928.	[...] é a coleção organizada dos atos de uma entidade ou indivíduo, constituída durante o desenvolvimento de sua atividade e preservada para a consecução dos objetivos políticos, jurídicos e culturais dessa entidade ou indivíduo (Casanova, 1928, p. 19)
<i>Manual Archivkunde</i> , de 1953.	Conjunto de documento de papéis e documentos que provêm de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e de destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte de testemunho do passado (Brenneke, 1953 apud Schellenberg, 2006, p. 37)

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A definição de arquivos nos manuais converge, de modo geral, quanto aos suportes, formas e finalidades, descrevendo o que se considera um arquivo a partir da prática. Alguns manuais situam os arquivos inicialmente apenas no ambiente institucional, como o do trio holandês (1898) e de Jenkinson (1922). Outros, ainda que de maneira tímida, como o de Casanova (1928) e o de Brenneke (1953), mencionam também os documentos privados e pessoais, reconhecendo-os como provas legais das ações. Assim, os arquivos são concebidos como instituições públicas com a missão de preservar a memória histórica.

### Na gestão administrativa

Após a Segunda Guerra Mundial, observou-se uma expansão global na produção de documentos, o que trouxe desafios relacionados ao armazenamento e ao gerenciamento de registros. Nesse panorama, “ocorre uma reorientação da profissão dos arquivistas em face do volume documental produzido: entra em pauta, mais especificamente, na América do Norte, de onde repercute para os demais países ocidentais [...]” (Rodrigues, 2006, p. 103).

De acordo com Sousa (2023, p. 56), “os métodos de tratamento dos documentos eram suficientes para atender às necessidades das organizações, mas não se adequavam à nova situação que se configurava”. Assim, começaram a ser adotadas novas técnicas, que, embora diferentes, não excluía os pressupostos da arquivística europeia, dando origem à visão dos arquivos como um serviço administrativo.

Nos Estados Unidos, em 7 de julho de 1943, foi promulgada a Lei de Eliminação de Documentos do Governo, refletindo a necessidade de gerenciar o crescente volume de registros produzidos. No final da década de 1940, surgiu a figura do *records manager*. Nesse mesmo período, o termo “*records management*” passou a ser mais aceito, o que mostra o reconhecimento da gestão frente aos registros governamentais (Moreno, 2008).

Portanto, as circunstâncias da época pressionavam por uma nova chave de leitura sobre os arquivos. No sentido em questão, Indolfo (2007, p. 30) destaca que “a gestão de documentos, inicialmente, era mais administrativa e econômica do que arquivística, uma vez que se tratava, essencialmente, de otimizar o funcionamento da administração, limitando a quantidade de documentos produzidos e o prazo de guarda”.

A eficiência operacional e o uso racional dos recursos tornaram-se prioridades devido ao crescimento da burocracia e da produção documental. Moreno (2008) aponta a influência dos princípios da administração científica,

de Frederick Taylor e Frank B. Gilbreth, que visavam à otimização do trabalho para maximizar a produção, como estratégia para mitigar os desafios decorrentes do aumento documental. Essa influência é visível nas respostas apresentadas pelas comissões criadas nos Estados Unidos, refletindo nas leis e nas orientações elaboradas para resolver os problemas.

Tal fato ressoou na prática profissional, especialmente na abordagem americana de gestão de documentos, que sugere uma diferenciação. Os *records managers* lidam com os *records* — documentos ainda em curso — enquanto os *archivists* se ocupam dos *archives*, ou seja, documentos de valor histórico e cultural (Araújo, 2013b).

A consolidação dessa abordagem se baseia nas contribuições de T. R. Schellenberg, reconhecido como um dos principais responsáveis pela disseminação da perspectiva estadunidense na arquivologia. Em 1956, o autor publicou o manual *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, no qual apresenta a distinção entre valor primário e valor secundário atribuídos aos arquivos, concepção que orienta a avaliação documental ao considerar tanto o uso imediato dos documentos quanto seu aproveitamento posterior para pesquisa. Além disso, o pesquisador contribuiu para a difusão da teoria do ciclo de vida dos documentos, que os considera ao longo de sua utilização e enfatiza a classificação com base na ação que os gerou.

Com isso, os documentos administrativos passaram a ser destacados como prova, tal como inicialmente proposto por Jenkinson (1922) e reforçado por Schellenberg (1956). Ambos contribuíram para a criação de uma dualidade na apreensão dos arquivos, com Jenkinson representando a arquivística tradicional europeia e Schellenberg a perspectiva administrativa norte-americana (Moreno, 2008). Em análise sobre isso, Cook (2018, p. 34) destaca:

Schellenberg negava explicitamente que seu “valor probatório” estivesse ligado ao conceito jenkinsoniano de arquivo como “prova”. Para Schellenberg, os valores probatórios refletiam a importância dos documentos para os pesquisadores, e não para os administradores, por documentarem funções, programas, políticas e procedimentos do produtor. Tais valores deveriam ser determinados, após a investigação e análise apropriadas, pelo arquivista e não pelo administrador de Jenkinson.

Além das interpretações sobre “prova”, Cook (2018) afirma que os manuais clássicos, como os dos arquivistas holandeses e o de Jenkinson, definem arquivos como aqueles criados e recebidos por uma administração. Em contraste, a perspectiva americana entende os arquivos como uma fração dos registros, os *archives* — documentos selecionados para preservação e destinados à pesquisa.

No entanto, não se pode negligenciar as influências contextuais de sua época, as quais Schellenberg teve à sua disposição e utilizou para propor adaptações, como alerta Lopes (2009, p. 338):

Tem-se a sensação de que o autor ficou quase à deriva, na busca de um centro entre as insuficiências teóricas e a riqueza pragmática do *records management* e o peso positivista de uma arquivística tradicional, concebida como ciência auxiliar da história. Percebe-se isto hoje. Será que era possível ser diferente em 1956?

A tentativa de encontrar um equilíbrio, como menciona Lopes (2009), dentre essas configurações teóricas aparentemente opostas sobre os arquivos, pode ter levado o teórico americano a uma encruzilhada, hesitando em abandonar o que havia sido construído até então. A perspectiva estadunidense influenciou teóricos: alguns desafiaram suas propostas, enquanto outros concordaram e ajustaram-nas às suas próprias realidades.

Em conjunto, as abordagens que Schmidt (2012) classificou como arquivologia moderna se consolidaram na década de 1960, na Austrália, quando procuraram soluções para gerenciar os documentos modernos, sob a influência das perspectivas de Jenkinson (1922) e Schellenberg (1956). Nesse país, segundo a autora, em 1964, Peter Scott propôs um enfoque mais dinâmico e introduziu a ideia de múltiplas proveniências. Ele adotou o que chamou de “sistemas de séries”.

Assim, diante disso, percebe-se a direção dos arquivos com mais ênfase na gestão administrativa, sendo compostos por documentos “modernos” que podem ser tanto correntes quanto intermediários. Distinguem-se dos documentos destinados à preservação e à pesquisa histórica, conhecidos como permanentes. A avaliação documental, orientada pelos valores primários e secundários, incide sobre os documentos em diferentes estágios do seu ciclo de vida.

## Releituras dos arquivos

As respectivas releituras iniciaram de forma mais expressiva a partir de 1980, impulsionadas pelo advento das tecnologias eletrônicas e pelo aumento da diversidade de formatos documentais (Schmidt, 2012), com transformações que alteraram a maneira como os arquivos são criados, preservados e acessados.

Os fundamentos da tradição europeia e da norte-americana encontraram discussões em cenários globais, originando visões alternativas sobre arquivos e modelos arquivísticos. No Canadá francófono, em Quebec, conhecida como “arquivologia integrada”, surge uma corrente que propõe a não separação dos

*records* e dos *archives*, como no modelo estadunidense, mas junta holisticamente a gestão dos arquivos. Para Lopes (2009, p. 156), “a proposição da arquivística integrada nasceu mais de uma crítica à arquivística tradicional e ao *records management* do que de uma síntese simplificada das duas correntes”.

A proposta apresentada por Rousseau, Couture e Ducharme, arquivistas canadenses, desafia a tradicional separação entre *records* e *archives*. Revisitando a arquivística sob uma perspectiva científica, esse enfoque coloca a gestão da informação como elemento maior ao longo de todo o ciclo de vida dos documentos (Schmidt; Mattos, 2020). Essa visão reforça a inter-relação entre os documentos, ampliando a compreensão de sua funcionalidade e promovendo uma utilização mais integrada e estratégica dos arquivos na conjuntura da gestão informacional.

Os proponentes direcionam o foco para a informação orgânica, vinculada à missão institucional e refletida nos documentos que, em conjunto, formam o que eles denominam de organismo. Para Rousseau e Couture (1998, p. 65), “a produção de informações registradas dá origem aos arquivos de um organismo. Sob essa designação são agrupados todos os documentos, independentemente do suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções”.

Uma segunda abordagem, originada na região anglófona do Canadá, deu início a intensos debates no campo arquivístico. Conhecida como “arquivologia funcional” ou pós-moderna, a qual questiona os princípios arquivísticos tradicionais ao introduzir novas interpretações sobre a relação entre os arquivos, os indivíduos e os processos de construção social, cultural e política. Como destacado por Cook (2018), os teóricos dessa corrente propõem uma reflexão crítica e atualizada sobre os arquivos na sociedade contemporânea.

As origens de uma arquivística funcional ou pós-moderna residem, justamente, na identificação do novo paradigma enunciado por Taylor e têm seus estudos aprofundados nos textos de Terry Cook, que também admite a obsolescência dos princípios e métodos arquivísticos gerados no século XIX, defendendo seu repensar para a sobrevivência e adaptação da disciplina nos dias atuais. (Tognoli; Guimarães, 2011, p. 30)

O foco de tal abordagem está no contexto social em que os documentos são gerados. A análise concentra-se nas relações entre os criadores dos documentos, suas funções e as convenções narrativas envolvidas. Os princípios arquivísticos são revisitados, destacando: a proveniência, que reflete funções e processos; a ordem original, que passa a priorizar os múltiplos usos dos documentos em vez de sua disposição física; e o conceito de documento, que é compreendido

como um elemento dinâmico, dotado de estrutura, conteúdo e contexto que se manifestam em diferentes meios (Tognoli; Guimarães, 2011).

Portanto, ocorre uma transição de “produto para processo, de estrutura para função, de arquivos para arquivamento, de registro para contexto de registro, de resíduo ‘natural’ ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social construída conscientemente [...]” (Cook, 2012, p. 5).

Os pressupostos pós-modernos incentivam a reflexão sobre essas transformações, acerca dos quais Nesmith (2018, p. 157) “defende que os documentos e os arquivos, como meios de comunicação, são condicionados por diversas influências e fatores, e que tais limitações, por sua vez, condicionam o que podemos conhecer por meio deles”.

Os arquivistas, diante disso, assumem uma função ativa no processo de constituição e organização dos arquivos. Como mediadores entre os documentos e seus futuros intérpretes, exercem influência direta sobre a representação, o acesso e a interpretação dos registros documentais. Dessa forma, sua atuação impacta a construção da história, da memória coletiva e da compreensão do passado (Kaplan, 2018).

## Quadro 2 – Releituras pós-modernas de conceitos arquivísticos

Conceito	Descrição
Documento	Mediação crescente do conhecimento sobre um fenômeno, resultado de processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão e contextualização
Proveniência	Processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão, contextualização e interpretação, responsáveis pela existência, características e continuidade histórica de um documento ou conjunto de documentos
Arquivo	Mediação contínua do conhecimento sobre documentos e fenômenos, representando o aspecto da elaboração dos documentos que produz esse conhecimento. Inclui funções como avaliação, processamento, descrição e a implementação de procedimentos para torná-los acessíveis

Fonte: elaborado pelos autores com base em Nesmith (2018, p. 158-159).

Os conceitos apresentados no Quadro 2 exemplificam os fundamentos da arquivologia pós-moderna, especialmente no que se refere aos documentos, princípios e arquivos. Estes não são mais concebidos como entidades estáticas e imutáveis, mas como mediadores dinâmicos de conhecimento. Além disso, a gênese, a transmissão e a contextualização dos registros documentais são profundamente influenciadas por uma variedade de processos sociais, culturais e técnicos.

Para além das abordagens “arquivologia integrada” e “funcional ou pós-moderna”, destaca-se uma terceira vertente, denominada “diplomática arquivística”,

surgida no Canadá durante a década de 1980. Fundamentada nos métodos da diplomática clássica, voltada ao estudo de documentos históricos e jurídicos, essa perspectiva adapta seus princípios aos contextos contemporâneos, especialmente no tratamento de documentos digitais (Tognoli; Guimarães, 2011).

A diplomática arquivística, segundo Schmidt (2012), possibilita a releitura crítica de autores clássicos, como Jenkinson (1922), ao enfatizar a origem documental e a tipologia, aspectos que revelam os documentos enquanto provas materiais e resultados de atividades específicas. A análise prioriza séries documentais em detrimento de registros isolados, promovendo uma investigação aprofundada acerca da autenticidade e da confiabilidade dos documentos, com especial atenção aos desafios impostos pelo meio digital.

### Quadro 3 – Significados aproximados de arquivo nas abordagens canadenses

Abordagem	Arquivo
<i>Arquivística integrada</i>	Sistema dinâmico de informação orgânica, composto por documentos de qualquer suporte ou formato, produzidos ou recebidos por uma entidade no exercício de suas atividades. Sua gestão integrada visa à preservação da informação e à sua utilização para fins administrativos, históricos, de pesquisa e outros
<i>Arquivística funcional ou pós-moderna</i>	Entidade socialmente construída, fruto de relações de poder, práticas discursivas e dinâmicas socioculturais em constante transformação. Sua organização, estrutura e conteúdo refletem os valores, crenças e ideologias da sociedade em que se insere, funcionando como um mecanismo de memória e identidade
<i>Diplomática arquivística</i>	Conjunto de documentos que materializa ações, emergindo como subprodutos de atividades realizadas por entidades físicas ou jurídicas, as quais enfatizam a imparcialidade e autenticidade do arquivo, destacando sua natureza única e verdadeira

Fonte: elaborado pelos autores com base em Tognoli e Guimarães (2011).

As abordagens apresentadas no Quadro 3, juntamente com as do “records continuum”, “pós-custodial” e “tipologia documental e identificação”, que serão discutidas posteriormente, são categorizadas por Schmidt (2012) como abordagens contemporâneas. De acordo com a autora, esses marcos teóricos surgem como respostas às demandas impostas pelos novos suportes documentais, pelos perfis diversificados de usuários e pelas transformações decorrentes das tecnologias digitais na produção e gestão documental.

Diante da busca por métodos e por soluções para lidar com documentos eletrônicos, a Austrália enfrentou desafios. A prática de separar os arquivos administrativos dos históricos, comumente adotada nos Estados Unidos, não se mostrava adequada à realidade australiana. Assim, inspirada na concepção de

“sistemas de séries” proposta por Peter Scott (1964), surgiu no país, por volta da década de 1990, uma abordagem arquivística conhecida como *records continuum*.

Upward (1997), proponente do modelo, argumenta que este é o resultado da intersecção entre arquivologia, pós-modernismo e a Teoria de Estruturação de Anthony Giddens. O *records continuum* estabelece uma conexão com documentos digitais. Os documentos coexistem em diversos espaços e tempos, mantendo um valor contínuo para cumprir diferentes finalidades, tais como demandas administrativas, legais e sociais — atendidas simultaneamente (Costa Filho, 2016). De acordo com McKemmish (2019, p. 140-141), o modelo

é explorado como uma ferramenta para perceber e analisar realidades complexas, capaz de fornecer visões multidimensionais e de múltiplas camadas de registros e arquivo em diferentes espaço-tempos, e é particularmente relevante para entender as complexidades e pluralidades do multiverso arquivístico na idade digital.

A autora realça as variadas tradições de manutenção de registros na Austrália, abrangendo desde a era pré-colonial até a contemporaneidade. Tais tradições coexistem e, ocasionalmente, entram em conflito. A teoria do *records continuum* é explorada por ela nesse contexto, partindo da necessidade de descolonizar os arquivos australianos e transformar práticas e espaços para que sejam mais representativos de diversas vozes e perspectivas.

Ainda nas linhas contemporâneas, levando em consideração a informação e os diálogos interdisciplinares com outras áreas do conhecimento, destaca-se em Portugal, no final dos anos 1990, a perspectiva “pós-custodial”. Nesse enfoque, segundo Silva et al. (1999, p. 210), “os arquivos surgem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se limita à ordem material dos documentos e cuja organicidade ultrapassa as vicissitudes de sua tradição custodial”.

Os autores visualizam a análise dos arquivos sob uma nova ótica, denominada fase científica e pós-custodial, na qual a arquivologia é inserida no campo da ciência da informação e o arquivista é considerado um cientista da informação, sendo o objeto de estudo a “informação social” (Schmidt, 2012).

A arquivística é uma ciência da informação social que estuda o arquivo enquanto sistema (semi-)fechado, não através de um dispositivo metodológico fragmentário virado só para a componente funcional/serviço, isto é, transferência e recuperação da informação, mas através de um dispositivo coeso, retrospectivo e prospectivo, capaz de problematizar em torno de leis formais ou princípios gerais a atividade humana e social implicada no processo informacional arquivístico. (Silva et al., 1999, p. 2.011)

A tradição arquivística em Portugal reflete as influências sociais destacadas por Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, proponentes dessa perspectiva. Ao analisar os estudos e enunciados desses autores, Silva e Barros (2017) observam que o primeiro propõe a abordagem dos problemas arquivísticos em articulação com a ciência da informação, a partir da formulação de novos conceitos para o campo arquivístico. Por outro lado, a segunda defende essa integração, considerando os desafios complexos impostos pelo contexto informacional na contemporaneidade.

Ainda no percurso das novas interpretações para os arquivos, pode-se apontar a “tipologia documental e identificação”, abordagem que se apresenta como uma metodologia para gerenciar grandes volumes de documentos acumulados a partir dos anos 80. Desenvolvida principalmente na Espanha e no Brasil, integra a diplomática e a tipologia documental para definir conjuntos e séries documentais por meio da pesquisa da origem dos registros (Rodrigues, 2023), visando identificar o que Duranti (1997) denominou de *archival bond*, isto é, a relação que um documento mantém com outro dentro do conjunto.

## Arquivos e comunidades

As discussões sobre arquivos e comunidades são tratadas a partir de novas releituras arquivísticas. A ideia de neutralidade, proveniente do positivismo, é revisitada e questionada. Tal movimento configura uma virada na compreensão dos arquivos, provocando reflexões sobre suas funções e a ampliação do acesso e da participação de diferentes segmentos da sociedade.

A arquivologia contemporânea abre caminho para uma aproximação entre arquivos e comunidades. Esse movimento impulsiona o reconhecimento de documentos que fogem do modelo tradicional de produção e acumulação documental. Denominados *community archives* (arquivos comunitários) ou *community-based archives* (arquivos baseados em comunidade), esses acervos são formados por indivíduos e grupos específicos, rompendo os padrões convencionais ao priorizar experiências e contextos próprios dessas comunidades. O modelo tradicional dá lugar a uma visão mais inclusiva, antes marginalizada no cenário arquivístico.

A definição de arquivos comunitários é ampla e flexível, englobando diferentes formas de identificação, como localidade, cultura ou interesses compartilhados (Flinn, 2007). Flinn, Stevens e Shepherd (2009, p. 73, tradução nossa) apontam-os como “coleções de materiais reunidos principalmente por membros de uma determinada comunidade, sobre as quais os próprios membros exercem algum nível de controle em relação ao seu uso”.

A emergência dos arquivos comunitários nas décadas de 1960 e 1970 inscreve-se no contexto dos movimentos sociais que caracterizaram aquele período (Flinn, 2007). Movimentos como os direitos civis e o feminismo, ao contestarem narrativas oficiais, impulsionaram iniciativas voltadas à recuperação e à preservação das experiências de grupos marginalizados. Distanciando-se das instituições tradicionais, esses arquivos adotaram formatos alternativos, como a história oral, para registrar memórias silenciadas, desafiar os critérios de validação histórica e os mecanismos de exclusão presentes nas narrativas dominantes (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009).

Alencar, Cervantes e Barité (2023) destacam que os arquivos comunitários estão vinculados a práticas arquivísticas voltadas para grupos marginalizados, com ênfase no ativismo político e na democratização do acesso à memória, alinhando-se ao predomínio da dimensão política. Nos estudos da comunidade discursiva Archival Education Research Initiative (Aeri), analisados pelos autores, o termo é associado a iniciativas de engajamento social que buscam tornar a história desses grupos acessível, a partir de suas próprias formas de atuação.

Por meio dessas análises, vislumbra-se uma abertura para inquirir a formação dos chamados arquivos tradicionais. Cook (2018, p. 18), aponta que “os arquivistas nos países em desenvolvimento começam agora a questionar seriamente se os arquivísticos clássicos originados na cultura letrada das burocracias europeias são adequados para a preservação da memória das culturas orais”. Para ele, precisamos refletir sobre a construção das “nossas” casas de memórias, os arquivos, se tivermos anseios que englobem as complexidades desta sociedade.

Nesse aspecto, Schwartz e Cook (2002) questionam a neutralidade dos arquivos, concebendo-os como construções sociais moldadas por relações de poder. Argumentam que os processos de seleção e de preservação determinam tanto a memória coletiva quanto o conhecimento histórico, conferindo aos arquivistas um poder inegável, que não pode ser ignorado.

A negação desse poder pelos arquivistas, a falta de investigação sobre os fatores que afetam os registros antes de chegarem aos arquivos e a crença de muitos usuários de que os registros apresentados são neutros e desprovidos de problemas representam um cenário estéril para ambas as partes no processo de pesquisa. Quando o poder é negado, ignorado ou deixado sem questionamento, ele se torna, no mínimo, enganoso e, no pior cenário, perigoso. Por outro lado, o reconhecimento do poder permite que ele seja questionado, responsabilizado e submetido a um diálogo transparente e enriquecedor. (Schwartz; Cook, 2002, p. 2, tradução nossa)

A função do arquivista, cuja atuação se dá como intermediador dos arquivos, é discutida por Kaplan (2018), a qual argumenta que esse profissional estabelece uma conexão entre o objeto arquivístico e aqueles que, posteriormente, irão interpretá-lo. Essa função de mediação, na qual se insere um processo interpretativo, confere aos intermediadores autoridade sobre o conteúdo e sobre a forma como este é compreendido, mostrando os pontos nos quais o poder é exercido e aplicado.

Os arquivos, nesse sentido, deixam de ser percebidos como representações exclusivas da memória nacional, revelando suas limitações ao não contemplarem certos estratos sociais. Dessa forma, cabe ao arquivista reconhecer essas lacunas e reconsiderar como os arquivos são compreendidos e construídos. Esses movimentos são perceptíveis nas estruturas de pensamento arquivístico delimitadas por Cook (2013) – evidência, memória, identidade e comunidade.

#### Quadro 4 – Quatro estruturas do pensamento arquivístico

Estrutura de pensamento arquivístico	Período	Papel do arquivista	Características principais
<i>Evidência</i>	Final do século XVIII–1930	Custodiador imparcial	Manutenção da autenticidade e integridade dos documentos legais; foco em registros oficiais do Estado vinculados à origem e ao contexto de criação
<i>Memória</i>	Décadas de 1930 até 1970	Avaliador ativo	Seleção representativa dos documentos, inclusão de arquivos privados e pessoais, diversidade de formatos, organização hierárquica avançada para gerenciar grandes volumes; facilitar o uso para pesquisadores
<i>Identidade</i>	1970–2000	Mediador social	Pluralidade e diversidade da sociedade, com adaptação a novas tecnologias, ligação com justiça e os direitos humanos, documentação de cidadãos, margens e vozes dissidentes
<i>Comunidade</i>	2000–presente	Facilitador comunitário	Arquivamento participativo com comunidades, capacitação para cuidar de seus próprios registros (especialmente digitais), colaboração e custódia compartilhada, sensibilidade às perspectivas culturais e comunitárias, promoção de identidade e justiça social através de práticas inclusivas e flexíveis

Fonte: elaborado pelos autores com base em Cook (2013).

Cook (2013) ressalta que cada nova estrutura de pensamento não substitui a anterior, mas se acumula, permanecendo em convivência e diálogo com as demais. Complementa essa análise ao refletir sobre as influências provenientes de correntes sociológicas e filosóficas, destacando-se o modernismo e o

pós-modernismo. Esta última corrente exerce uma influência mais significativa no debate sobre arquivos e comunidades, uma vez que, segundo Deodato (2006), o pós-modernismo constitui uma crítica ao racionalismo iluminista e ao universalismo do modernismo, ao questionar metanarrativas que historicamente tentaram explicar a experiência humana de maneira unificada e homogênea. Há, pois, uma valorização da diversidade de experiências humanas e a rejeição da ideia de uma verdade universal e objetiva, o que reflete na conscientização e no reconhecimento de outros estratos sociais.

Para compreender a crítica ao positivismo e como essa e outras correntes influenciaram a reflexão e a construção dos arquivos, bem como ilustrar a relação entre arquivos e comunidades, estabelecemos no Quadro 5 algumas aproximações entre as correntes sociológicas e as estruturas do pensamento arquivístico.

#### Quadro 5 – Influências das principais correntes sociológicas

Corrente sociológica	Representantes	Características	Estrutura do pensamento arquivístico
<i>Positivismo</i>	Auguste Comte, Émile Durkheim	Busca por objetividade, métodos científicos, foco na ordem e estabilidade social	Evidência
<i>Funcionalismo</i>	Émile Durkheim	Sociedade como organismo integrado, valorização das funções sociais e manutenção da ordem	Memória
<i>Marxismo</i>	Karl Marx, Friedrich Engels	Análise crítica das estruturas econômicas e sociais, luta de classes e transformação social	Identidade, comunidade
<i>Compreensiva</i>	Max Weber	Análise interpretativa, foco nas ações sociais e nos significados atribuídos pelos indivíduos	Comunidade

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Castro e Dias (1983) e Cook (2013).

A apresentação, aqui, dessas influências não pretende apontar uma como superior ou mais “correta” do que outra; ao contrário, busca sugerir que, embora os arquivos sejam objeto de estudo da ciência arquivística, eles são movidos por questões mais amplas, que se manifestam na própria sociedade. Nesse sentido, é fundamental perceber que há outras vertentes para além do positivismo que também influenciam o campo, como o funcionalismo, o marxismo e a perspectiva compreensiva. Entender essas diferentes correntes permite situar e reconhecer de que forma cada uma lida com os aspectos sociais e políticos nos arquivos, indo além da visão estritamente positivista.

A partir desse entendimento, ganham destaque os “estudos críticos arquivísticos” (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017), inspirados na teoria crítica – a

qual, por sua vez, tem bases no marxismo – nos quais os arquivos comunitários encontram pontos de convergência. Nesse sentido, vale ressaltar o modo como esses estudos vêm sendo construídos no campo, pois, ao reconhecer que as práticas arquivísticas são permeadas por subjetividades, torna-se viável questionar os critérios adotados e ampliar os diálogos sociais.

### Considerações finais

Um breve percurso histórico delineado ao longo deste artigo realça o fato de os arquivos não se limitarem a conjuntos de documentos inertes, mas, sim, configurarem construções sociais condicionadas por dinâmicas culturais, políticas e econômicas em contínua transformação. Da trajetória inicial dos arquivos, com a consolidação da arquivologia como disciplina, às releituras contemporâneas, despontam reflexões sobre a importância de intensificar esforços de investigação. Observa-se a ampliação da dimensão relacional dos arquivos, aprofundando vínculos com a sociedade na construção de memórias e de identidades coletivas.

Estudos recentes destacam os arquivos comunitários como fenômenos a serem vistos por lentes ampliadas. Percebe-se a necessidade de ir além dos arquivos tradicionais — fundamentais, mas não únicos. Os arquivos comunitários, nesse contexto, podem ser constituídos por processos sociais associados a grupos marginalizados, empenhados em salvaguardar suas histórias e culturas. Funcionam em outra dimensão e servem igualmente como instrumentos de evidência e de prova — ora em oposição, ora em complementação aos arquivos oficiais. Essa ampliação do olhar arquivístico sinaliza um afastamento do modelo tradicional, reforçando, ao mesmo tempo, o poder e a responsabilidade dos profissionais envolvidos nesse campo.

Uma aproximação às principais correntes sociológicas reforça a concepção de que os arquivos não devem ser encarados como fenômenos neutros, pois sua formação e manutenção revelam processos sociais e culturais. Essa constatação estimula o aprofundamento de estudos sobre as influências sociológicas nas práticas arquivísticas, com o objetivo de entender as razões pelas quais determinados métodos e posturas se consolidam em contextos específicos.

## Referências

- ALENCAR, Maira Fernandes; CERVANTES, Brigida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas*, Portugal, n. 19, 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 50-63, 2013a.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, ago. 2013b.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.
- CASANOVA, Eugenio. *Arquivística*. Siena: Stab Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
- CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo. *Introdução ao pensamento sociológico: Sociologia* (Durkheim, Weber, Marx e Parsons). Rio de Janeiro: Eldorado, 1983.
- CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, t-kay. critical archival studies: an introduction. *Journal of Critical Library and Information Studies*, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 2017.
- COSTA FILHO, Cássio Alves. O ciclo vital ante o documento digital: o modelo records continuum como recurso de elucidação. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 29, n. 2, p. 155-167, 2016.
- COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.
- COOK, Terry. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, [s.l.], v. 13, p. 95-120, 2013.
- COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- BRENNEKE, Adolf. *Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des Europäischen Archiwesens*. Leipzig: Köhler und Amelang, 1953.
- DELGADO GÓMEZ, Arienne; CRUZ MUNDET, José Ramón. *El archivo como construcción social*. Candelaria: Asarca, 2010.
- DEODATO, Joseph. Becoming responsible mediators: the application of postmodern perspectives to archival arrangement & description. *Progressive Librarian*, [s.l.], v. 27, p. 52-63, 2006.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, [s.l.], v. 10-14, n. 2, p. 1-16, 1986.
- DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, jan./jun. 2015.
- DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, [s.l.], v. 11, p. 213- 218, 1997.
- FLINN, Andrew. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. *Journal of the Society of Archivists*, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.
- FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy, and the mainstream. *Archival Science*, [s.l.], v. 9, p. 71-86, 2009.
- INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net.*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.
- JARDIM, José Maria. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. (ed.) *Estudos avançados em Arquivologia* [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 135-153.
- JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making*. Londres: Oxford, 1922.
- KAPLAN, Elisabeth. Muitos caminhos para verdades parciais: arquivos, antropologia e o poder da representação. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416p.
- MCKEMMISH, Sue. Guarda de registros no continuum: uma tradição australiana. In: GILLILAND,

- Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (org.). *Pesquisa no multiverso arquivístico*. Salvador: 9 Bravos, 2019.
- MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: MORENO, Nádina Aparecida; BARTALO, Linete (org.). *Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2008. p.71-88.
- NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- PORTO, Daniela. Miguéns. *História e evolução do arquivo*. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade da Beira Interior. Centro de Artes e Letras.
- POSNER, Ernst. *Archives in the ancient world*. Cambridge: Harvard University Press, 2003. 283 p.
- POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 273-284, 2013.
- REIS, Luís. O arquivo e arquivística: evolução histórica. *Biblos*, Lima, v. 7, n. 24, p. 0, abr./jun. 2006.
- RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos Arquivos e a Gestão de Documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.
- RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática e tipologia documental: reflexões sobre a identificação do documento de arquivo. *OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo*, São Paulo, v.2, n. 1, p. 24-39, 2023.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Produções Dom Quixote, 1998.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *The Management of Archives*. New York: Columbia University Press, 1956.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias e contextualizações*. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; MATTOS, Renato. A construção do pensamento arquivístico: entre textos e contextos. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). *Arquivologia: Temas centrais de uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- SCHWARTZ, Joan M; COOK, Terry. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, [s.l.], n. 2, p. 171-185, 2002.
- SILVA, Armando Malheiro da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.
- SILVA, Amanda Marissa Soares da.; BARROS, Thiago Henrique Bragato. Discurso e Arquivística: uma análise enunciativa do termo pós-custodial no contexto brasileiro. In: VIII ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 7, 2017, Coimbra. *Anais [...]*. Portugal: Universidade de Coimbra, 2017, p. 517-526.
- SILVA, Margareth da Silva. *O Arquivo e o Lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *Gestão de documentos no Brasil: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal*. 1. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.
- THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES; José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2011.
- UPWARD, Frank. Structuring the records continuum – part two: structuration theory and record-keeping. *Archives and Manuscripts*, [s.l.], v. 25, n.1, p. 10-35, 1997.

Recebido em 28/2/2025

Aprovado em 16/9/2025